

O perfil econômico de estudantes dos cursos de formação de professores no Brasil

Paulo César Goglio, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Maria Sileide Moreira, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Wilandia Mendes de Oliveira, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Márcia Adelino da Silva Dias Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

Resumo: Este texto apresenta uma discussão sobre o perfil econômico de estudantes dos cursos de formação de professores no Brasil, cuja base de análise são dados a respeito da renda familiar mensal de estudantes dos cursos de Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química que participaram do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) nos anos de 2005, 2008 e 2011. O estudo é realizado de maneira comparativa ao perfil de cada amostra em relação aos anos citados. Os dados examinados estão presentes nos relatórios do Enade, e foram coletados e compilados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio de questionários socioeconômicos aplicados aos estudantes na ocasião da realização do Enade. Concluímos que a maioria dos estudantes da amostra têm perfil econômico característico das classes C, D e E, sobrepujando para a primeira. Essa classificação foi realizada com base na interpretação de Neri (2008), sobre o conceito de divisão de classes econômica atual.

Palavras chave: estudantes de licenciaturas, perfil econômico, renda familiar

Abstract: This paper presents a discussion about the economic profile of students from teacher training courses in Brazil whose analysis is drawn on monthly family income data of Biology, Physical Education, Philosophy, Physics, Geography, History, Language and Literature, Mathematics, Pedagogy and Chemistry students who participated in the Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) back in 2005, 2008 and 2011. The study was carried out in a comparative way of the profile of each sample with regard to the years previously mentioned. Data were collected and compiled by the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) through the application of socio-economic surveys to students during the very performance of Enade. In addition, data used can be found in Enade's reports. It was concluded that the majority of students in the sample have a characteristic profile of C, D and E economic classes, which exceeds to the first one. Such classification was carried out based on Neri's interpretation (2008) about the current concept of the division of economic classes.

Keywords: Licentiate Students, Economic Profile, Family Income

Introdução

No conjunto de produções sobre o professor, há uma variedade que apresentam dados, ou fazem análises sobre o perfil desse profissional (Sampaio, 2002; UNESCO, 2004; Fanfani, 2005; OCDE, 2006; Davis *et al*, 2011; Gatti *et al*, 2011). Mas, há carência de trabalhos que abordem o perfil ou as características dos estudantes dos cursos de formação docente. Alguns autores que enveredaram por esta discussão, sugerem, muitas vezes, com base em dados do censo da educação superior do Ministério da Educação (MEC) brasileiro, que houve uma mudança no perfil desses estudantes na última década (André *et al*, 2010; Palazzo e Gomes, 2012; Charão, 2014). Alguns deles consideram que a maioria dos estudantes é oriunda das classes economicamente desfavorecida (Fundação Carlos Chagas, 2009; Charão, 2014). Isso significa considerar que o “[...] perfil sócio-econômico de quem escolhe o magistério mudou nos últimos anos, sendo a maioria pertencente a famílias das classes C e D [...]” (Fundação Carlos Chagas, 2009, p.14).

O uso do termo classe, está relacionado à condição econômica, ligada, especificamente, à renda familiar mensal dos indivíduos. No caso dos professores, por exemplo, a maioria se considera pertencente à classe média (UNESCO, 2004; Fanfani, 2005). “[...] isso quer dizer que estão situados em algum lugar do espaço social entre as categorias denominadas genericamente pobres e os grupos sociais dominantes [...]” (Fanfani, 2005 p. 37. Tradução nossa). Ainda segundo o autor, trata-se de

uma classificação baseada no princípio da subjetividade, em que o próprio grupo social (professores) se define nessa categoria.

Com a perspectiva de contribuir com as pesquisas sobre o perfil dos estudantes dos cursos de licenciatura, apresentamos nosso trabalho de investigação que consiste em desvelar a condição econômica deles, considerando sua renda familiar mensal e sustentação financeira. A análise é feita com base nos dados socioeconômicos de estudantes de licenciatura presentes nos relatórios do Exame Nacional Desempenho de Estudantes (Enade). Este trabalho faz parte de um processo de pesquisa em desenvolvimento, que engloba outros aspectos identitários que auxiliarão a compor um melhor entendimento sobre o perfil dessa população, sobretudo para que os cursos de licenciatura sejam reorganizados em função de possíveis mudanças do público que se matricula neles todos anos (Brito, 2007).

O objetivo desse trabalho é apresentar o perfil econômico de estudantes dos cursos de formação de professores, especificamente dos cursos de licenciaturas em Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química, que participaram do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) nos anos de 2005, 2008 e 2011, comparando o perfil de cada amostra em relação aos anos citados. Importante destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, prevê que o governo brasileiro tem a incumbência de coletar, analisar e socializar informações sobre a educação. Essa ação é efetuada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), um órgão vinculado ao Ministério da Educação.

O Enade é parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (*Sinaes*), criado no ano de 2004. Sua aplicação ocorre trienalmente para grupos amostral de estudantes de cursos de áreas de conhecimentos específicos.

O Enade avaliará o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial. (Brasil, 2004b, p. 1)

Cada gestor de instituição de ensino superior (IES) é responsável por cadastrar na base de dados do Inep os estudantes habilitados (ingressantes e concluintes) para realizar o exame no ano em que ele é aplicado para o respectivo curso. (Brasil, 2004a). O Inep faz uma seleção amostral aleatória dos estudantes que participarão do exame.

Como parte do Enade, conforme previsto pelo Sinaes, os selecionados também preenchem um questionário com informações sociais e econômicas que ajudam a revelar o perfil socioeconômico dos estudantes e dos fatores que possivelmente podem contribuir para entender o desempenho deles nos estudos e nas avaliações, além de possibilitar a captura de informações a respeito do contexto no qual ocorre seu processo de formação acadêmica. Esses dados o órgão do MEC disponibiliza em relatórios sínteses de cada curso avaliado, com a denominação características dos estudantes. Portanto, além das informações sobre o desempenho dos estudantes nas questões específicas da área da disciplina, da prática pedagógica e de conhecimentos gerais, o relatório também apresenta uma compilação de dados pessoais dos participantes.

Em relação ao trabalho que estamos desenvolvendo, cujas análises preliminares apresentamos nesse texto, há, pelo menos, outros dois com escopo semelhante e que destacamos. Um de Brito (2007) e outro de Gatti (2009). O primeiro apresenta uma análise geral dos relatórios do Enade, tanto no que diz respeito ao desempenho dos estudantes na realização do exame, quanto em relação as informações do questionário com dados sociais e econômicos dos participantes. O segundo trabalho, que se constitui como parte de um compilado que aborda a situação dos professores no Brasil, faz uma análise sobre as características socioeconômica dos estudantes dos cursos de licenciatura. Ambos foram realizados com base nos relatórios do Enade do ano de 2005.

As autoras, que se concentraram no relatório do ano de 2005, observaram que pouco mais da metade (50,4%) dos estudantes de licenciatura que participaram do Enade naquele ano e responderam ao questionário socioeconômico, possuíam renda familiar mensal entre 3 e 10 salários

mínimos, portanto, são considerados de classe média. Brito (2007), que também fez uma análise dos dados relativos ao exame, destaca o baixo número de estudantes nos cursos de formação de professores para o ensino de matemática, física e química, e o baixo desempenho dos estudantes na parte de conhecimentos gerais da prova. Esse dado revela que a formação geral do estudante universitário não é preocupação das instituições de ensino superior. O foco parece estar voltado exclusivamente para o aspecto profissional, com currículos inflexíveis que não possibilitam a complementação da formação cultural, artística, humanista ou política.

Metodologia da pesquisa

Os dados para a realização do presente trabalho foram capturados dos relatórios sínteses do Enade, disponíveis no ambiente virtual do Inep. Os referidos documentos contêm informações quantitativas e comentários sobre o desempenho dos estudantes na realização do exame, bem como a própria visão deles sobre sua performance na resolução das questões, além de dados sobre suas características sociais, econômicas, profissionais, familiares e acadêmicas. Nos concentramos especificamente nas informações referentes à renda familiar mensal e à sustentação financeira, localizadas no item características dos estudantes, que o Inep coletou por meio de questionário aplicado aos participantes do Enade nos anos de 2005, 2008 e 2011. No caso do curso de Educação Física, os anos de aplicação do exame foram 2004, 2007, 2010 e 2011. Como o curso está classificado, também, na área de saúde, ele foi realizado no conjunto dos cursos dessa área do conhecimento, ou seja, nos anos de 2004, 2007 e 2010, mas em 2011 ele foi realizado somente para a licenciatura. Outro aspecto que ressaltamos é que nos anos de 2005 e 2008 o Inep publicou os relatórios de cada curso com dados de estudantes tanto de bacharelado quanto de licenciatura, em um único documento. No ano de 2011, os relatórios de bacharelado e de licenciatura foram produzidos independentemente.

Nos anos de 2005 e 2008 estudantes ingressantes e concluintes dos cursos foram selecionados para realizar o exame, mas no ano de 2011 o órgão governamental convocou somente os concluintes. Segundo orientação do Inep, estudantes de todos os cursos avaliados devem ser inscritos para o exame, esse contingente é denominado de população. Nos dois primeiros anos, o Inep fez uma seleção amostral dos estudantes, porém nem todos da amostra compareceram, conforme registrado na tabela 3. No último ano não houve amostra, todos foram convocados para a participar do exame, embora nem todos compareceram. Outra informação importante, é que nem todos que realizaram o exame preencheram o questionário socioeconômico, isso significou um percentual de 6 a 10%. Portanto, é preciso considerar que a quantidade de estudantes relativos aos dados que analisamos não é a mesma que estava presente ao exame, conforme expresso na tabela 3.

Em relação aos dados com os quais trabalhamos, no que diz respeito à renda familiar mensal, os relatórios dos anos de 2005 e 2008, apresentam cinco faixas de rendimento, que são: Até 3 salários mínimos; mais de 3 até 10 salários mínimos; mais de 10 até 20 salários mínimos; mais de 20 até 30 salários mínimos; e mais de 30 salários mínimos. Para essa situação, elegemos as três primeiras faixas, pois as demais apresentam percentuais inferiores a 2%. No caso do ano de 2011, os relatórios apresentam sete faixas: até 1,5 salário mínimo; acima de 1,5 até 3 salários mínimos; acima de 3 até 4,5 salários mínimos; acima de 4,5 até 6 salários mínimos; acima de 6 até 10 salários mínimos; e acima de 10 até 30 salários mínimos. No caso do ano de 2011, para fazer a análise comparativa com os anos anteriores somamos os percentuais das duas primeiras faixas (acima de 1,5 até 3), e as três intermediárias (acima de 3 até 4,5; acima de 4,5 até 6; acima de 6 até 10). Porém, em nossas análises interpretativas consideramos todas as faixas do ano de 2011.

A outra informação que analisamos foi a sustentação financeira dos estudantes. Sobre esse dado, os relatórios também apresentam cinco faixas: não trabalho e meus gastos são financiados pela família; trabalho e recebo ajuda da família; trabalho e contribuo com o sustento da família; trabalho e me sustento; trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família. Para esse caso nos concentramos nas três primeiras situações.

Análise dos dados

Renda familiar

Sobre a renda familiar mensal dos estudantes dos cursos de licenciatura no Brasil, no ano de 2005, há variação entre os cursos, conforme tabela 1. Na faixa que compreende mais que 3 até 10 salários mínimos, o percentual de estudantes vai de 48% (geografia), a 61% (matemática) e a média dos percentuais era de 52%. Com esse entendimento, podemos considerar que, no conjunto, a maioria deles estava situada nessa faixa de ganho familiar. Em relação aos demais estudantes, também na média dos percentuais, 33,5% tinham renda de 1 a 3 salários mínimos; 10% com renda de 11 a 20 salários mínimos e 4,5% com renda superior a 20. Naquele ano o valor do salário mínimo era de R\$ 300,00 (aproximadamente 110,00 dólares americanos, no valor máximo daquele ano).

Quanto aos dados do ano de 2008, segunda versão de aplicação do Enade nos cursos de licenciaturas, observamos uma inversão no percentual de estudantes sobre a renda familiar mensal, em relação ao ano de 2005. A média dos percentuais mostra que a maioria dos estudantes (51%) declarou renda familiar mensal na faixa de 1 a 3 salários mínimos, e aqueles com renda superior a 3 até 10 salários mínimos era de 39%. De 11 a 20 salários mínimos, o percentual foi de 7%; e 3% acima de 20. O valor do salário mínimo no ano de 2008 era de R\$ 415,00 (aproximadamente 200,00 dólares americanos, no valor médio daquele ano).

Em comparação ao ano de 2005, o ano de 2008 apresentou um aumento médio de 22% na quantidade de estudantes. Como podemos constatar na tabela 3, o maior percentual foi no curso de matemática (40%) e o menor em letras (5%). Conjecturamos que esse aumento pode ser imputado ao maior acesso da população mais pobre ao ensino superior, em decorrência das políticas para esse nível de escolarização implementadas no período de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nos dois mandatos de sua gestão foram criados três programas que impulsionaram o maior acesso a esse nível de ensino: Universidade para Todos (ProUni), Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Tais programas procuraram “[...] demarcar a intervenção pública na democratização do acesso ao ensino superior [...]” (Pereira e Silva, 2010, p.11). Além dos programas mencionados, o governo Lula ampliou o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado no período de governo do presidente anterior a ele (Fernando Henrique Cardoso).

Tabela 3: Quantidade de cursos, estudantes e participantes no Enade 2005, 2008 e 2011

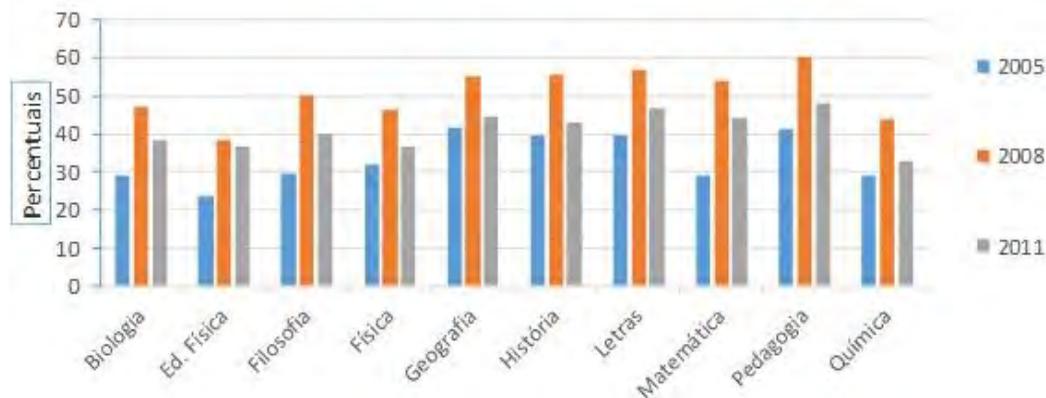
Ano	Curso	Qde. De cursos	Qde. De estudantes Inscritos	Qde. da amostra	Presentes no exame	
					Bacharelado	Licenciatura
2005	Biologia	542	42.926	27.518	4.323	20.152
	Ed. Física	355	53.346	32.682	19.774	7.983
	Filosofia	113	7.072	5.471	4.419	
	Física	164	7.406	5.445	546	3.682
	Geografia	321	21.433	13.404	11.743	
	História	408	30.287	21.856	18.612	
	Letras	1.287	75.655	52.405	3.435	42.765
	Matemática	297	23.666	23.666	1.191	18.281
	Pedagogia	891	127.153	55.240	----	49.497
2008	Química	188	14.166	8.167	1.450	4.755
	Biologia	525	53.662	36.094	10.138	20.499
	Ed. Física	497	74.337	48.490	40.169	
	Filosofia	141	9.934	7.640	6.031	
	Física	152	8.904	7.387	1.451	4.029
Geografia	311	24.257	17.487	14.337		

Ano	Curso	Qde. De cursos	Qde. De estudantes Inscritos	Qde. da amostra	Presentes no exame	
	História	430	36.693	24.115	19.822	
	Letras	740	78.077	48.806	40.638	
	Matemática	513	36.938	25.139	616	19.321
	Pedagogia	1176	183.765	88.888	----	77.523
	Química	223	17.613	14.152	3.325	7.032
2011	Biologia	652	24.438	20.076	5.931	14.145
	Ed. Física	466	24.411	24.411	----	19.698
	Filosofia	173	5.503	3.930	860	3.070
	Física	182	3.595	2.823	544	2.279
	Geografia	307	13.386	9.942	2.171	7.771
	História	385	16.687	12.616	1.107	11.509
	Letras	615	36.138	27.631	972	26.659
	Matemática	451	14.225	11.539	236	11.303
	Pedagogia	994	108.770	87.759	----	87.759
	Química	294	8.384	6.892	2.925	3.967

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados dos relatórios do Enade/Inep, 2005, 2008, 2011.

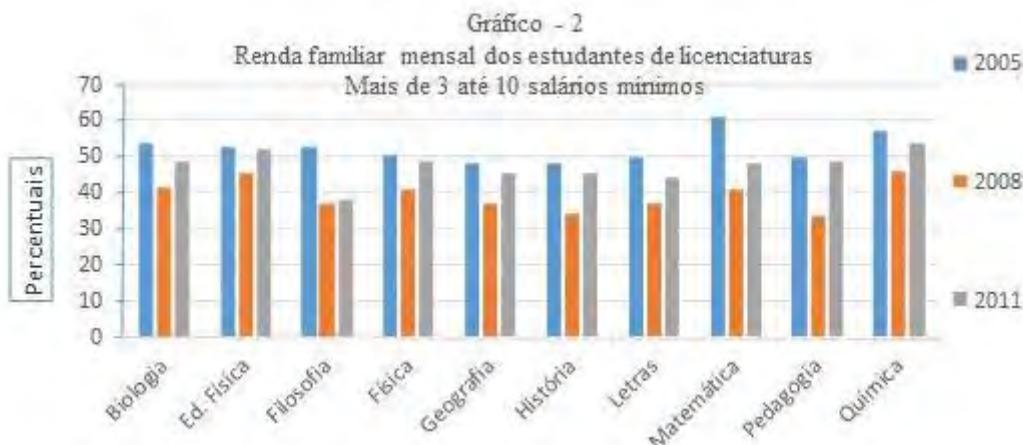
Em relação ao ano de 2011, terceiro momento de aplicação do Enade aos estudantes dos cursos de licenciatura, só participaram concluintes, e não constam nos relatórios dados sobre a quantidade geral de estudantes existentes nos cursos, o que impossibilitou verificar se houve aumento comparativo ao ano de 2008. Na comparação quantitativa de concluintes nos dois anos, constatamos que no ano de 2011 houve uma redução na maioria dos cursos. A exceção dos cursos de Filosofia, Física e Pedagogia, nos demais cursos houve uma queda média de 14% na quantidade de concluintes no ano de 2011, ao compararmos com o ano de 2008. Não obstante, isso não significa redução no volume de estudantes nos cursos de licenciatura. Os dados do censo do Inep, do ano de 2012, apontam um crescimento de aproximadamente 12% nas matrículas desses cursos no comparativo dos anos de 2009 a 2011 (Brasil, 2012). Quanto a renda familiar mensal, havia uma situação de possível equilíbrio entre a média percentual de estudantes situados na faixa até 3 salários mínimos (41,04%) e aqueles na faixa maior que 3 até 10 salários mínimos (47,23%), bem como uma ligeira queda na média do percentual daqueles localizados na faixa de 10 a 20 salários mínimo. Naquele ano o salário mínimo era de R\$ 514,00 (aproximadamente 285,00 dólares americanos, no valor máximo do ano).

Gráfico 1: Renda familiar mensal dos estudantes de licenciaturas – Até 3 salários mínimos



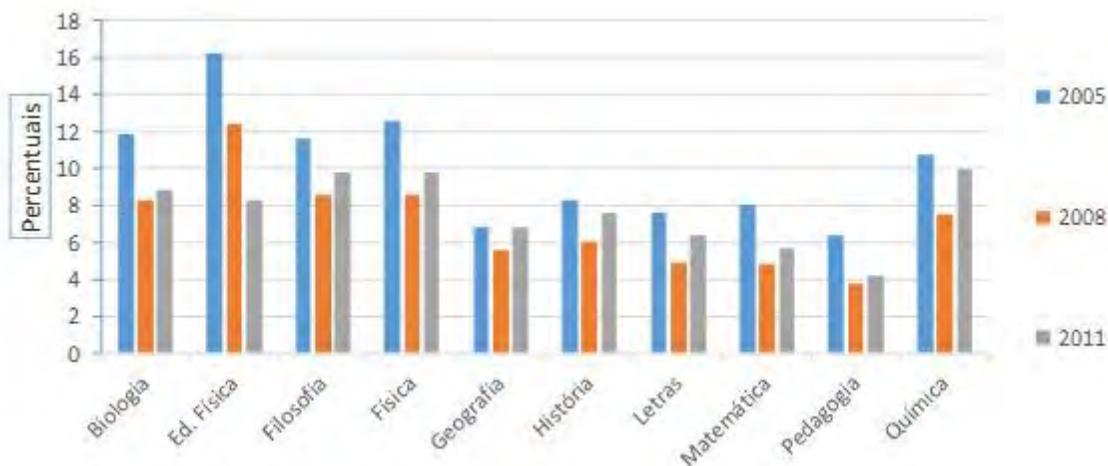
Fonte: Elaboração própria com dados do Enade/Inep, 2005, 2008, 2011.

Gráfico 2: Renda familiar mensal dos estudantes de licenciaturas – Mais de 3 até 10 salários mínimos



Fonte: Elaboração própria com dados do Enade/Inep, 2005, 2008, 2011.

Gráfico 3: Renda familiar mensal dos estudantes de licenciaturas – Mais de 10 até 30 salários mínimos



Fonte: Elaboração própria com dados do Enade/Inep, 2005, 2008, 2011.

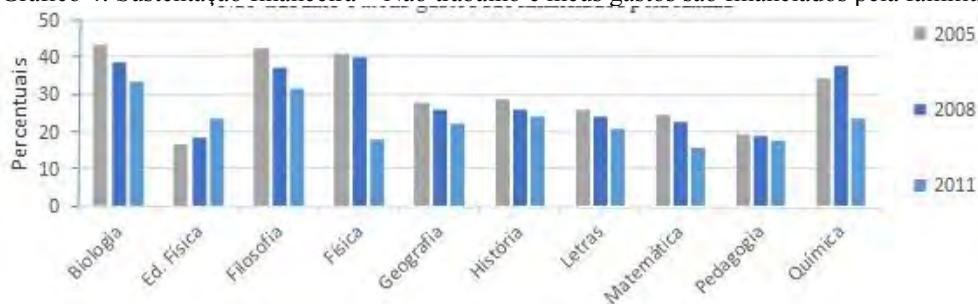
Sustentação financeira

Na odisseia pela conclusão dos estudos escolares no Brasil, a etapa do ensino superior se configura como mais difícil, pois, contrariamente à educação básica, ela está longe de ser universalizada. Assim, os jovens que almejam ingressar nesse nível de escolarização concorrem a uma vaga em instituições públicas (gratuitas) ou arcam com o custo das instituições privadas. Não obstante, de uma forma ou de outra, o investimento financeiro da vida estudantil universitária não se resume ao valor do curso. Há outras demandas inerentes à essa fase escolar, como, por exemplo, transporte, livros, alimentação, visitas técnicas, materiais pedagógicos etc. que não são fornecidos pelo poder público, como na educação básica. Com isso, para conseguir se manter no ensino superior o estudante se apoia na ajuda da família, ou vai para o mercado de trabalho (Zago, 2006; Moraes, 2011).

Os estudantes de baixa renda que estudam em instituições públicas podem contar, em determinados contextos, com o benefício de moradia e alimentação universitárias gratuitas. Também há variados programas de bolsas financeiras nessas instituições, para o desempenho de atividades junto aos professores, que auxiliam os estudantes em suas despesas, como, por exemplo, bolsa de monitoria, de iniciação à pesquisa e à extensão. Não obstante, é preciso considerar que tais possibilidades são restritas a uma pequena parcela dos universitários brasileiros, pois a grande maioria deles (71%) está matriculada em instituições privadas, segundo o censo da educação superior (Brasil, 2012), com predomínio para instituições denominadas de faculdades isoladas, cujo potencial de investimento e captação de recursos governamentais para auxílio aos estudantes é reduzido ou nulo. “A assistência estudantil contribui para que o estudante não apenas permaneça estudando, mas para que viva a vida universitária de maneira mais plena, sentindo-se pertencente ao curso e à faculdade, além de apropriar-se da cultura acadêmica [...]” (Moraes *et al*, 2011, p.214). Mas a grande parcela, matriculada em instituições privadas, que possivelmente é a de menor condição financeira, além de arcar com o valor do curso também precisa pagar as despesas de estar no ensino superior.

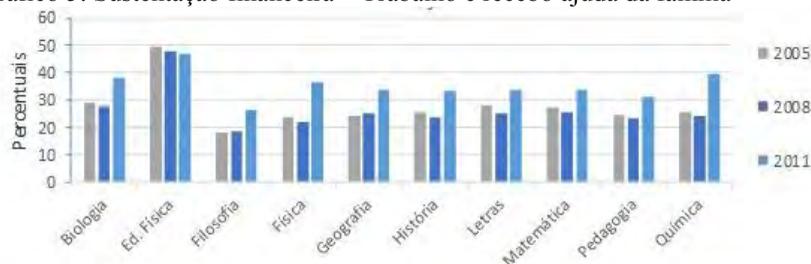
Em relação aos estudantes dos cursos de licenciaturas, focando os dados declarados nos questionários do Enade, notamos que a média dos percentuais daqueles que declarou que trabalhava durante o curso se configura como a maior parte. Na versão do exame no ano de 2005, a média dos percentuais foi de 56%, dos estudantes que exerciam atividade laboral; no ano de 2008 a média caiu para 48%; e em 2011 subiu para 57%. Desses percentuais, aproximadamente metade afirmou que trabalhava e contribuía com a renda familiar mensal, conforme tabela 2. Esses dados também sugerem que essa parcela de estudantes frequentam o curso no turno da noite, uma vez que o turno de atuação no trabalho é geralmente diurno.

Gráfico 4: Sustentação financeira – Não trabalho e meus gastos são financiados pela família



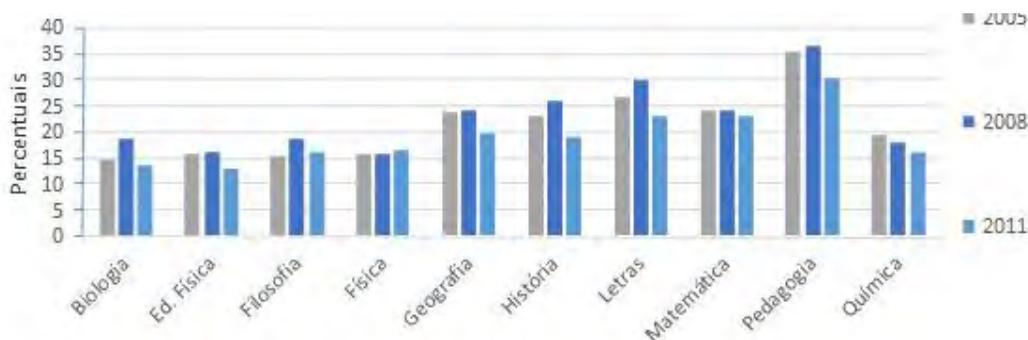
Fonte: Elaboração própria com dados do Enade/Inep, 2005, 2008, 2011.

Gráfico 5: Sustentação financeira – Trabalho e recebo ajuda da família



Fonte: Elaboração própria com dados do Enade/Inep, 2005, 2008, 2011.

Gráfico 6: Sustentação financeira – Trabalho e contribuo com o sustento da família



Fonte: Elaboração própria com dados do Enade/Inep, 2005, 2008, 2011.

Conclusões

A análise da condição econômica dos estudantes dos cursos de licenciatura no Brasil nos leva, inevitavelmente, a estabelecer correlação com o que denominamos de classe social. Autores e documentos que citamos na introdução desse trabalho fazem menção a uma mudança no perfil econômico desses estudantes nos últimos anos, e consideram que esse público atualmente é composto, por pessoas oriundas das classes C e D (Fundação Carlos Chagas, 2009; Charão, 2014). A alegação da mudança tem como entendimento a visão de que anteriormente a carreira do magistério era escolhida majoritariamente por pessoas de classe média, considerada como classe B. Não obstante, há estudos que mostram uma nova interpretação na configuração relativa às classes sociais (Neri, 2008; Neri, 2010; Brasil, 2014). A compreensão é que, estatisticamente a classe C é a classe média das estratificações. “ A Classe C é a classe central, ela está abaixo da A e B e acima da D e E [...] A nossa Classe C auferem em média a renda da sociedade [...]” (Neri, 2008, p.5). A renda mensal familiar da classe C, segundo o autor, estava situada no ano de 2008 na faixa de R\$ 1.064,00 a R\$ 4.561,00 (aproximadamente, respectivamente, 512,00 e 2.200,00 dólares americanos, ao valor médio daquele ano).

Essa interpretação em relação a classe C, que Neri (2008) denomina de nova classe média, tem como base o poder de compra de produtos e serviços da população situada nela, bem como estudos comparados com o poder aquisitivo das pessoas em outros países. Ainda segundo o autor, com essa perspectiva a classe C aumentou em aproximadamente 23%, passando de 42% no ano de 2003 para aproximadamente 51% no ano de 2008. Mas não é só o poder de compra que caracteriza essa nova classe, mas sua capacidade de impulsionar o crescimento econômico do país. O entusiasmo do autor, apresenta essa nova classe média como a mais recente inovação da década de 2000 para a redução das desigualdades e promoção do crescimento social. (Neri, 2008).

Com base nessas considerações de Neri (2008, 2010), sobre a nova configuração das classes sociais, é possível afirmar que a maioria dos estudantes dos cursos de licenciaturas do Brasil, que participaram do Enade nos anos de 2005, 2008 e 2011, tinham um perfil econômico que os enquadravam nas classes C, D e E com predomínio técnico da primeira, também compreendida como classe média da sociedade ou, como definiu o autor, nova classe média.

Outro dado econômico que observamos nos relatórios do Enade diz respeito à sustentação financeira dos Estudantes. Quanto a isso, percebemos que a média dos percentuais daqueles que declararam trabalhar para custear suas despesas era pouco mais da metade (53%). Esse é um fato que nos faz concluir que a maioria dos estudantes dos cursos de licenciatura que participaram do Enade nos anos analisados, ajudavam a constituir a renda mensal de suas famílias. Alguns deles afirmaram que trabalhavam e contribuíam com sustento da família, outros registraram que trabalhavam mais ainda recebiam auxílio familiar. Não obstante a essas duas condições, os ganhos recebidos por eles também compunham a renda familiar.

Sobre o argumento de que houve uma mudança no perfil econômico dos estudantes dos cursos de formação de professores na última década (André *et al*, 2010; Palazzo e Gomes, 2012; Charão, 2014), e tenha levado para esses cursos pessoas oriundas de classes economicamente desfavorecida, pertencente na maior parte às classes C e D (Fundação Carlos Chagas, 2009; Charão, 2014), os dados que examinamos não possibilitaram corroborar tal afirmação, visto que, em nossas análises, já encontramos a existência majoritária de um público com perfil econômico de classes C, D e E, com pequena oscilação quantitativa entre elas, relação aos anos de aplicação do Enade. O mesmo ocorreu com o pequeno percentual médio de 10% situados nas classes A ou B, conforme classificação de Neri (2008). Assim, Concluimos, com base nesse autor, que os estudantes que participaram do Enade nos anos de 2005, 2008 e 2011 têm um perfil econômico que sobrepuja para a classe C, classe média da sociedade.

Tabela 1: Renda familiar mensal

Curso/ano	2005	2008	2011
Biologia	Até 3 salários mínimos – 29,0% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 53,6% De 11 a 20 salários mínimos – 11,9%	Até 3 salários mínimos – 47,2% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 41,5% Mais de 10 a 20 salários mínimos – 8,3%	Até 1,5 salário mínimo – 10,4% Acima de 1,5 até 3 salários mínimos – 27,8% Acima de 3 até 4,5 salários mínimos – 21,0% Acima de 4,5 até 6 salários mínimos – 12,5% Acima de 6 até 10 salários mínimo – 15,1% Acima de 10 até 30 salários mínimos – 8,8%
Ed. Física	Até 3 salários mínimos – 23,7% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 52,3% De 11 a 20 salários mínimos – 16,2%	Até 3 salários mínimos – 38,5% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 45,3% De 11 a 20 salários mínimos – 12,4%	Até 1,5 salário mínimo – 8,9% Acima de 1,5 até 3 salários mínimos – 27,9% Acima de 3 até 4,5 salários mínimos – 22,9% Acima de 4,5 até 6 salários mínimos – 13,6% Acima de 6 até 10 salários mínimos – 15,4% Acima de 10 até 30 salários mínimos – 8,3%
Filosofia	Até 3 salários mínimos – 29,4% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 52,2% De 11 a 20 salários mínimos – 11,6%	Até 3 salários mínimos – 50,3% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 36,6% Mais de 10 a 20 salários mínimos – 8,6%	Até 1,5 salário mínimo – 13,5% Acima de 1,5 até 3 salários mínimos – 26,6% Acima de 3 até 4,5 salários mínimos – 16,3% Acima de 4,5 até 6 salários mínimos – 9,4% Acima de 6 até 10 salários mínimos – 12,4% Acima de 10 até 30 salários mínimos – 9,8%
Física	Até 3 salários mínimos – 32,1% Mais 3 a 10 salários mínimos – 50,1% De 11 a 20 salários mínimos – 12,6%	Até 3 salários mínimos – 46,4% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 40,8% Mais de 10 a 20 salários mínimos – 8,6%	Até 1,5 salário mínimo – 11,2% Acima de 1,5 até 3 salários mínimos – 25,4% Acima de 3 até 4,5 salários mínimos – 19,3% Acima de 4,5 até 6 salários mínimos – 13,2% Acima de 6 até 10 salários mínimos – 16,3% Acima de 10 até 30 salários mínimos – 10,3%
Geografia	Até 3 salários mínimos – 41,9% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 48,0% De 11 a 20 salários mínimos – 6,8%	Até 3 salários mínimos – 55,0% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 37,8% Mais de 10 a 20 salários mínimos – 5,6%	Até 1,5 salário mínimo – 13,6% Acima de 1,5 até 3 salários mínimos – 31,1% Acima de 3 até 4,5 salários mínimos – 20,9% Acima de 6 até 10 salários mínimos – 13,1% Acima de 4,5 até 6 salários mínimos – 11,4% Acima de 10 até 30 salários mínimos – 6,8%
História	Até 3 salários mínimos – 39,6% Mais de 3 a 10	Até 3 salários mínimos – 55,8% Mais de 3 a 10	Até 1,5 salário mínimo – 13,0% Acima de 1,5 até 3 salários mínimos – 30,0%

<i>Curso/ano</i>	<i>2005</i>	<i>2008</i>	<i>2011</i>
	salários mínimos – 48,1% De 11 a 20 salários mínimos – 8,3%	salários mínimos – 34,0% Mais de 10 a 20 salários mínimos – 6,0%	Acima de 3 até 4,5 salários mínimos – 20,6% Acima de 4,5 até 6 salários mínimos – 11,8% Acima de 6 até 10 salários mínimos – 13,6% Mais de 3 a 10 – 45% Acima de 10 até 30 salários mínimos – 7,6%
Letras	Até 3 salários mínimos – 39,5% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 49,4% De 11 a 20 salários mínimos – 7,6%	Até 3 salários mínimos – 57,0% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 36,8% Mais de 10 a 20 salários mínimos – 4,9%	Até 1,5 salário mínimo – 13,5% Acima de 1,5 até 3 salários mínimos – 33,2% Acima de 3 até 4,5 salários mínimos – 20,6% Acima de 4,5 até 6 salários mínimos – 11,3% Acima de 6 até 10 salários mínimos – 13,0% Acima de 10 até 30 salários mínimos – 6,4%
Matemática	Até 3 salários mínimos – 28,9% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 61,0% De 11 a 20 salários mínimos – 8,0%	Até 3 salários mínimos – 53,8% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 40,6% Mais de 10 a 20 salários mínimos – 4,8%	Até 1,5 salário mínimo – 12,3% Acima de 1,5 até 3 salários mínimos – 31,9% Acima de 3 até 4,5 salários mínimos – 22,9% Acima de 6 até 10 salários mínimos – 13,0% Acima de 4,5 até 6 salários mínimos – 12,1% Acima de 10 até 30 salários – 5,7%
Pedagogia	Até 3 salários mínimos – 41,4% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 49,5% De 11 a 20 salários mínimos – 6,4%	Até 3 salários mínimos – 60,2% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 33,3% Mais de 10 a 20 salários mínimos – 3,8%	Até 1,5 salário mínimo – 12,7% Acima de 1,5 até 3 salários mínimos – 35,5% Acima de 3 até 4,5 salários mínimos – 23,3% Acima de 4,5 até 6 salários mínimos – 11,8% Acima de 6 até 10 salários mínimos – 11,0% Acima de 10 até 30 salários mínimos – 4,2%
Química	Até 3 salários mínimos – 29,0% Mais de 3 a 10 salários mínimos – 56,9% De 11 a 20 salários mínimos – 10,7%	Até 3 salários mínimos – 44,0% Mais de 3 a 10 salários mínimos até – 45,6% Mais de 10 a 20 salários mínimos – 7,5%	Até 1,5 salário mínimo – 8,7% Acima de 1,5 até 3 salários mínimos – 24,1% Acima de 3 até 4,5 salários mínimos – 21,5% Acima de 4,5 até 6 salários mínimos – 13,9% Acima de 6 até 10 salários mínimos – 18,4% Acima de 10 até 30 salários mínimos – 10,0%

Fonte: Elaborada pelos autores com dados dos relatórios do Enade/Inep, 2015.

Tabela 2: Sustentação financeira

<i>Curso/ano</i>	<i>2005</i>	<i>2008</i>	<i>2011</i>
Biologia	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 43,3% Trabalho e recebo ajuda da família – 28,9% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 14,7%	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 38,6% Trabalho e recebo ajuda da família – 27,6% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 18,6%	Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas – 33,3% Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos – 38,3% Tenho renda, me sustento e contribuo com o sustento da família – 13,6%
Ed. Física	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 16,6% Trabalho e recebo ajuda da família – 49,6% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 15,9%	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 18,3% Trabalho e recebo ajuda da família – 47,9% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 16,2	Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas – 23,4% Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos – 46,8% Tenho renda, me sustento e contribuo com o sustento da família – 12,8%

<i>Curso/ano</i>	<i>2005</i>	<i>2008</i>	<i>2011</i>
Filosofia	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 42,1% Trabalho e recebo ajuda da família – 18,3% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 15,4%	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 37,1% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 18,7% Trabalho e recebo ajuda da família – 18,5%	Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas – 31,6% Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos – 26,2% Tenho renda, me sustento e contribuo com o sustento da família – 16,2%
Física	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 41,0% Trabalho e recebo ajuda da família – 23,9% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 15,7%	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 39,9% Trabalho e recebo ajuda da família – 22,0% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 15,7%	Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas – 17,7% Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos – 36,6% Tenho renda e contribuo com o sustento da família – 16,5%
Geografia	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 27,9% Trabalho e recebo ajuda da família – 24,2% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 23,9%	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 25,7% Trabalho e recebo ajuda da família – 25,0% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 24,1%	Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas – 21,9% Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos – 33,7% Tenho renda, me sustento e contribuo com o sustento da família – 19,6%
História	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 28,8% Trabalho e recebo ajuda da família – 25,6% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 23,2%	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 25,9% Trabalho e recebo ajuda da família – 24,0% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 25,9% Trabalho e me sustento – 13,8%	Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas – 23,9% Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos – 33,3% Tenho renda, me sustento e contribuo com o sustento da família – 19,2%
Letras	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 26,0% Trabalho e recebo ajuda da família – 28,0% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 26,6%	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 24,2% Trabalho e recebo ajuda da família – 25,2% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 30,0%	Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas – 20,6% Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos – 34,0% Tenho renda, me sustento e contribuo com o sustento da família – 23,2%
Matemática	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 24,5% Trabalho e recebo ajuda da família – 27,3% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 24,3%	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 22,7% Trabalho e recebo ajuda da família – 25,5% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 24,2%	Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas – 15,4% Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos – 31,5% Tenho renda, me sustento e contribuo com o sustento da família – 22,9% Tenho renda e me sustento totalmente – 17,4%
Pedagogia	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 19,1% Trabalho e recebo ajuda da família – 24,8%	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 18,7% Trabalho e recebo ajuda da família – 23,4%	Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas – 17,3% Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para

<i>Curso/ano</i>	<i>2005</i>	<i>2008</i>	<i>2011</i>
	Trabalho e contribuo com o sustento da família – 35,3%	Trabalho e contribuo com o sustento da família – 36,5%	financiar meus gastos – 31,3% Tenho renda, me sustento e contribuo com o sustento da família – 30,3%
Química	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 34,2% Trabalho e recebo ajuda da família – 25,7% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 19,5%	Não trabalho e meus gastos são financiados pela família – 37,8% Trabalho e recebo ajuda da família – 24,3% Trabalho e contribuo com o sustento da família – 17,9%	Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas – 23,6% Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos – 39,5% Tenho renda, me sustento e contribuo com o sustento da família – 16,1%

Fonte: Elaborada pelos autores com dados dos relatórios do Enade/Inep, 2015.

REFERÊNCIAS

- André, M. E. D. A., Almeida, P. C. A., Hobold, M. S., Banhara, N., Passos, A. L. F. e Manrique, A. L. (2010). O trabalho docente do professor formador no contexto atual das reformas e das mudanças no mundo contemporâneo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógico: Brasília*, 91(227), 122-143.
- Brasil, C. N. (2004). Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Brasília, Brasil: Diário Oficial da República Federativa do Brasil.
- , M. E. (2012). Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2012. Brasília, Brasil: Inep. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/centso/2012/resumo_tecnico_censo_educac_ao_superior_2012.pdf. Acesso em 15, maio, 2015.
- , P. R. / S. A. E. (2014). Assuntos Estratégicos. Social e Renda a Classe Média Brasileira, nº 1. Brasília, Brasil: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Disponível em: http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/ebook_ClasseMedia1.pdf. Acesso em 01 jun., 2015.
- , M. E. (2004). Portaria de nº 104 de 22 de julho de 2004. Dispões sobre o Sinaes e Enade. Brasília, Brasil: Inep. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_port107.pdf. Acesso em 02, fev., 2015.
- Brito, M. R. F. (2007). ENADE 2005: Perfil, desempenho e razão da opção dos estudantes pelas Licenciaturas. *Avaliação: Campinas*, 12(3), 401-443.
- Charão, C. (2014). *Quem será professor*. *Revista da Educação*. São Paulo, Brasil: Editora Segmento. Disponível em: http://www.fundacaoolemann.org.br/uploads/clippings/quem_sera_professor.pdf. Acesso em: 15 fev. 2015.
- Davis, C. L. F., Nunes, M. M. R. e Almeida, P.C.A. (2011). *Formação continuada de professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros. Relatório final*. São Paulo, Brasil: Fundação Victor Civita, Fundação Carlos Chagas.
- Fanfani, E. T. (2005). *La condición docente: análisis comparado de la Argentina, Brasil, Perú y Uruguay*. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI Editores.
- Fundação Carlos Chagas. (2009). *Atratividade da Carreira Docente no Brasil. Relatório preliminar*. São Paulo, Brasil: Fundação Carlos Chagas.
- Gatti, B. (Coord.), Sá Barreto, E. S. (2009). *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília, Brasil: UNESCO.
- , Sá Barreto, E. S. e André, M. E. D. A. (2011). *Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília, Brasil: UNESCO.
- Moraes, C. A. S., Botelho, T. M., Fonseca, T. A., Almeida, D. O. e Bastos, J. C. (2011). O estudante do ensino superior: identificando categorias de análise. *Vértices: Campos dos Goytacazes*, 13(3), 205-218.
- Neri, M. C. (Coord.). (2008). *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Brasil: FGV/IBRE, CPS.
- (Coord.). (2010). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro, Brasil. FGV/IBRE, CPS.
- OCDE. (2006). *Professores são importantes: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes. Relatório de pesquisa*. São Paulo, Brasil: Moderna.
- Palazzo, J. e Gomes, C.A. (2012). Origens sociais dos futuros educadores: a democratização desigual da educação superior. *Avaliação: Campinas*, 17(3), 877-898.
- Pereira, T. I. e Silva, L. F. S. C. (2010). As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? *Revista Debates: Porto Alegre*, 4(2), 10-31.
- Sampaio, C. E. M., Sousa, C. P., Santos, J. R. S., Pereira, J. V., Pinto, J. M. R., Oliveira, L. L. N. A., Melo, M. C. e Néspoli, V. (2002). Estatísticas dos professores no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógico: Brasília*, 83(203/205), 85-120.

- UNESCO. (2004). *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam*. São Paulo, Brasil: UNESCO, Ed. Moderna.
- Zago, N. (2006). Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação: Rio de Janeiro, 11(32)*.

SOBRE OS AUTORES

Paulo César Goglio: Professor Doutor do Departamento de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Ministra as disciplinas de Prática de Ensino, Estágio Supervisionado e Pesquisa.

Márcia Adelino da Silva Dias: Professora Doutora do Departamento Biologia da Universidade Estadual da Paraíba. Ministra as disciplinas de Prática de Ensino de Ciências e Biologia e Estágio Supervisionado e Pesquisa em Biologia

Maria Sileide Moreira: Professora Mestre, Coordenadora Pedagógica no Colégio Santa Doroteia, Paraíba, Brasil.

Wilândia Mendes de Oliveira: Especialista, Professora no Colégio Santa Doroteia, Paraíba, Brasil.